

REPRESENTAÇÃO SOCIAL. CONCEITUAÇÃO, DIMENSÃO E FUNÇÕES (*)

Zulmira Áurea Cruz Bonfim (**)

Sandra Francesca Conte de Almeida (***)

RESUMO

O texto aborda o conceito de representação social, suas dimensões e funções, tal como concebido na teoria elaborada, fundamentalmente, por S. Moscovici, inserindo-o no campo de psicologia social e discutindo sua origem a partir do conceito de representação coletiva de Durkheim. Aspectos teóricos envolvendo o conteúdo e as funções das representações sociais são apresentados e discutida a relevância da utilização desse construto na articulação entre o social e o psicológico. Três exemplos de pesquisas, realizadas no Brasil, com base na teoria das representações sociais, são citados para ilustrar seu largo campo de aplicação e de investigação.

ABSTRACT

This paper discusses the concept of social representation, its range and role on the light of Moscovici's theory. It embels the notion on the social psychology area and reviews its origin from Durkheim's conception of collective representation. It presents theoretical aspects comprehending the meaning and role of social representations, and it considers the importance of using this construction on the interplay between the social and psychological fields. It shows three reserach projects under taken in Brazil based on the theory of social representation to illustrate its large area of application and research.

* Este artigo constitui parte, modificada, da dissertação de mestrado, apresentada pela primeira autora junto ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, sob orientação da segunda autora.

** Professora Assistente do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará

*** Professora-Adjunta IV do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.

A psicologia, tradicionalmente definida como "ciência do comportamento", tem negligenciado, tanto na sua atuação quanto no seu campo teórico, a clientela menos privilegiada.

No Brasil, a ciência psicológica tem seguido o modelo norte-americano e europeu, prioritariamente, em contraposição aos modelos mais compatíveis com a realidade do Terceiro Mundo. Como exemplo dos que se enquadram nesta segunda abordagem, podemos citar: Moffatt (1980), Pichon-Rivière (1986), Loyello (1983), Lane (1981), Góis (1984), Vasconcelos (1985), Ciampa (1987), Leontiev (1978), entre outros. A atuação da psicologia tradicional restringe-se à área clínica, cujo atendimento em consultórios particulares, em conformidade com o modelo profissional liberal clássico, obedece a uma abordagem essencialmente individualista e curativa, buscando a solução de problemas específicos. A clientela atendida corresponde a uma pequena parcela das classes sociais mais privilegiadas economicamente. A grande maioria da população não se adapta ao universo cultural e aos rituais desenvolvidos pelas técnicas psicológicas tradicionais, nem pode pagar por elas.

No campo teórico, tem-se estudado, mais enfaticamente, temas relacionados ao indivíduo, na maioria das vezes isolado do seu contexto sócio-cultural e histórico. Isto tem limitado a solução de graves problemas que afetam a população dos países subdesenvolvidos, ao mesmo tempo em que limita a sistematização de conhecimentos novos na área de psicologia social e comunitária, os quais seriam imprescindíveis para uma atuação mais compatível com a realidade sócio-econômica e cultural desses países.

A lacuna do social na psicologia é resgatada pela Psicologia Social contemporânea, a partir de 1960 na Europa, principalmente França e Inglaterra, criticando a Psicologia Social norte-americana da década de 50, que considerava o social como pano de fundo das teorias psicológicas e isolava o indivíduo da sociedade. A vertente norte-americana estabelecia uma dicotomia entre o indivíduo e a sociedade, fundamentando-se na interrelação entre estas duas dimensões, mas considerando-as como dois fenômenos distintos (Lane, 1981).

A dualidade entre o indivíduo e o social é explicada por Leontiev (1978) como conseqüente das duas tendências de abordagem sobre o psiquismo humano: a naturalista e a histórico-social. Tal dualidade remonta, segundo o autor, à classificação das ciências feita por Bacon, que atribui o estudo do psiquismo à investigação anátomo-fisiológica (naturalista) e à compreensão do aspecto social à sociologia (histórico-social). Estas duas tendências refletem uma dificuldade da psicologia, que também está presente em outras ciências humanas.

Leontiev (1978) concebe que esta dicotomia só será resolvida a partir de uma concepção filosófica de mundo que amplie a explicação científica e materialista tanto aos fenômenos naturais como aos fenômenos sociais. Para ele,

"existe uma única concepção do mundo que responde a este objetivo: a filosofia do materialismo dialético" (Leontiev, 1978: 151).

Buscando uma concepção única sobre o homem, é que alguns teóricos da Psicologia Social assinalam a redundância do termo **"social"**. Baseiam-se na argumentação de que não há a possibilidade de uma psicologia que não tenha esse elemento.

"O enfoque da Psicologia Social é estudar o comportamento nos indivíduos no que ele é influenciado socialmente" (Lane, 1981: 8).

Moscovici (1985) definiu a Psicologia Social como a ciência do conflito entre o indivíduo e a sociedade. O indivíduo só existe dentro da rede social e toda sociedade é o resultado da interação de milhares de indivíduos. São objetos de estudo da Psicologia Social, segundo Moscovici, os fenômenos da ideologia (cognição e representações sociais) e os fenômenos de comunicação, todos vinculados aos diversos níveis das interações humanas.

Palmonari e Doise (1986) postularam que a grande tarefa do psicólogo social contemporâneo é a de trabalhar na imbricação de diferentes campos teóricos, como opiniões, atitudes, tomada de decisão, processo de socialização, relações intergrupais, comportamentos agressivos, dinâmicas de influência social, representação social, etc.

Pontuamos como fundamental, no estudo da Psicologia Social, o que ela tem de original, que é questionar a separação entre o individual e o coletivo e contestar a dualidade entre o psíquico e o social, sem deixar de compreendê-los como campos interdependentes.

A representação social torna-se um instrumento da Psicologia Social, na medida em que articula o social e o psicológico como um processo dinâmico, que permite compreender a formação do pensamento social e prever as condutas humanas. Ela favorece o desvendar dos mecanismos de funcionamento da elaboração social do real (Arruda, 1983) e, por isso, torna-se tão fundamental no estudo das idéias e condutas sociais.

Para Durkheim, o papel da Psicologia Social seria o de estudar

"de que modo as representações se atraem e se excluem, se fundem umas com as outras ou se distinguem" (Durkheim, 1983: 80).

Por intermédio do aporte teórico da representação social, torna-se possível penetrar no cotidiano dos indivíduos, considerando seus valores e identidades culturais e descobrindo suas verdadeiras raízes e origens, propiciando o desvelar de aspectos antigos e novos de sua identidade (Arruda, 1985).

A representação social, enquanto objeto de estudo da Psicologia Social, permite a articulação do social e do psicológico, tornando-se um instrumento de compreensão e de transformação da realidade.

A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O conceito de representação social situa-se nas fronteiras entre a psicologia e a sociologia, mais especificamente entre a psicologia e a sociologia do conhecimento.

A origem do conceito provém do de **representação coletiva**, desenvolvido por Durkheim. Este teorizou que as categorias básicas do pensamento teriam origem na sociedade e que o conhecimento só poderia ser encontrado na experiência social, ou seja, a vida social seria a condição de todo pensamento organizado e vice-versa. Durkheim propôs, ainda, como condição essencial na elaboração do conhecimento, a formação de conceitos que são partilhados pelos membros do grupo, originados, inicialmente, de características da vida da coletividade (Durkheim, 1974). Diferentemente das experiências singulares dos indivíduos (percepções, imaginação, sensação, etc.), os conceitos permitem a caracterização do ser essencial do homem, devido ao fato de que, para Durkheim,

"... Um homem que não pensasse por meio de conceitos não seria um homem, pois não seria um ser social. Reduzido apenas às percepções individuais, seria indistinto do animal" (Durkheim, 1983: 239).

Para Durkheim, a individualidade humana se constitui a partir da sociedade. A **representação coletiva**, segundo ele, não se reduz à soma das representações dos indivíduos que compõem a sociedade, mais do que isto, um novo conhecimento é formado, que supera a soma dos indivíduos e favorece uma recriação do coletivo. Na **representação coletiva** encontra-se a primazia do social sobre o individual (Durkheim citado por Herzlich, 1972).

A religião, por exemplo, é analisada por Durkheim como possuindo um componente ideacional essencial relacionado à criação de uma estrutura cognitiva, por onde se compreende o mundo conceitualmente. Giddens, comentando as idéias de Durkheim, nos fala que a religião se origina das exigências práticas da vida em sociedade. "Os homens não inventaram primeiro os deuses para depois ligar essas idéias à sua atividade social. A formulação cognitiva de idéias religiosas é uma expressão de pensamentos sociais preexistentes que lhes antecedem o aparecimento em reflexões conscientes." (Giddens, 1978:59).

Para Durkheim, uma função primordial da **representação coletiva** seria a transmissão da herança coletiva dos antepassados. As representações coletivas acrescentariam às experiências individuais tudo que a sociedade acumulou de sabedoria e ciência no decorrer dos tempos (Durkheim, 1974).

É justamente neste aspecto que Moscovici diverge de Durkheim e acrescenta novos elementos à elaboração do conceito de **representação social**. Para ele, ela não é somente uma herança coletiva dos antepassados, que é transmitida de maneira determinista e estática. O indivíduo tem papel ativo e autônomo no processo de construção da sociedade. Da mesma forma que o indivíduo é criado por ela, ele também tem participação em sua construção (Moscovici, 1978).

Um outro ponto divergente entre o conceito de **representação coletiva** de Durkheim e o conceito elaborado por Moscovici de **representação social** é quanto à colocação teórica do primeiro, de que as **representações sociais** constituiriam uma classe muito genérica de fenômenos psíquicos e sociais que abrangeriam a ciência, ideologia, mito, etc. Moscovici (1978) se contrapõe a esta idéia porque pensa a **representação social** como um conhecimento singular, destacado de uma categoria geral de pensamento social que caminha paralelo aos

outros tipos de conhecimento sobre o social, mas que conserva a sua especificidade. Esta delimitação é essencial para a compreensão do seu significado.

Os **mitos**, estudados pelos antropólogos, se diferenciam da **representação social** por serem considerados em nossa sociedade uma forma arcaica e primitiva de se situar no mundo ou uma forma de conhecimento "anormal" ou "inferior" (Moscovici, 1978). Para o homem primitivo, o mito constitui um conhecimento total, que incluiu sua prática, sua percepção da natureza e suas relações sociais e não está sujeito a dúvidas ou mudanças. Já as **representações sociais**, embora já possam ter sido tratadas analogamente aos mitos, são consideradas formas "normais" de conhecimento, que retratam o pensamento da sociedade presente na vida cotidiana.

A formação das **representações sociais** a partir da realidade da vida cotidiana constitui uma grande força para que estas possam ser tratadas e reconhecidas como "**conhecimento**" pela sociedade. Isto porque a realidade da vida cotidiana apresenta-se como a realidade por excelência, porque, sendo decorrente das relações que o homem mantém no dia-a-dia com o mundo, possui um caráter predominantemente impositivo e urgente à consciência. Em consequência, o indivíduo experimenta a vida cotidiana num estado total de atenção que lhe permite apreendê-la de forma normal e natural (Berger & Luckman, 1983).

A realidade da vida cotidiana é dominante em relação a outras realidades que existem, como os sonhos, o pensamento teórico (ciência), arte e religião. Estes intentam desviar a atenção da realidade da vida cotidiana, mas encontram um bloqueio, pelo caráter finito de significação.

A situação dominante da realidade da vida cotidiana, se mantém devido à existência da **linguagem**, na qual se fundamenta, e fornece continuamente as objetivações necessárias que dão sentido aos elementos da realidade. A linguagem tem origem e encontra sua referência primária na vida cotidiana. Ela fornece a imediata possibilidade da objetivação da experiência.

A **estrutura social** é outro elemento essencial da realidade da vida cotidiana. É por intermédio da sociedade, da interação e das relações face a face que o indivíduo encontra a expressão de sua subjetividade. No compartilhar da intersubjetividade, o indivíduo adquire a certeza da realidade vivida e diferencia a realidade da vida cotidiana de outras realidades de que tem consciência. A atitude natural é aquela que é compartilhada pela consciência do senso comum, porque se refere a um mundo que é comum a muitos homens.

É especialmente na situação face a face que o outro pode ser considerado plenamente real. Somente aqui a subjetividade do outro é expressivamente próxima.

A realidade da vida cotidiana constitui a matéria empírica da sociologia, o conhecimento que dirige à conduta da vida diária. É definida pela sociologia do conhecimento como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido, na medida em que forma um mundo coerente (Berger & Luckman, 1983).

Na sociologia do conhecimento, a **realidade** é definida como uma qualidade pertencente a fenômenos que se reconhece serem independentes da vontade e o **conhecimento** como sendo a certeza de que os fenômenos são reais e pos-

suas características específicas. Seu objeto de estudo se insere no estabelecimento das relações entre o pensamento humano e o seu contexto (Berger & Luckman, 1983).

O interesse da sociologia do conhecimento pelas questões de realidade e conhecimento é justificado pela existência de uma relatividade social. Assim, o que é real para uma determinada cultura pode não ser real para outra. O conhecimento classificado como verdadeiro pode ser visto diferentemente por categorias profissionais distintas. Conhecimento e realidade deverão ser compreendidos dentro de contextos sociais específicos e analisadas suas relações a partir destes contextos. A relevância da sociologia do conhecimento se dá pelas diferenças observadas entre as sociedades em termos daquilo que é admitido como conhecimento. Em síntese,

"... uma sociologia do conhecimento tem de tratar não somente da multiplicidade empírica do conhecimento nas sociedades humanas, mas também dos processos pelos quais qualquer corpo de conhecimento chega a ser socialmente estabelecido como realidade" (Berger & Luckman, 1983: 13).

Embora os elementos básicos do conceito de **representação social** tenham se originado na sociologia, é na Psicologia Social que ele assume sua forma mais complexa, tendo sido retomado por Serge Moscovici e depois desenvolvido por outros autores da Psicologia Social francesa.

Na psicologia, o conceito de **representação social** foi resgatado pela vertente sociológica da psicologia européia. O estudo da **representação social** marca uma mudança no eixo tradicional das pesquisas em Psicologia Social, que se concentravam principalmente na tradição behaviorista (watsoniana) de verificação de comportamentos observáveis. Durante muito tempo, os conteúdos latentes e implícitos do comportamento foram negligenciados pela psicologia por, supostamente, não estarem dentro do âmbito de estudo desta ciência. A vertente behaviorista, sob a grande influência anglo-saxônica, detinha a hegemonia não só na Psicologia Social como em todas as áreas da ciência psicológica.

A grande contribuição da corrente francesa à psicologia fundamenta-se na ampliação dos objetivos e limites da Psicologia Social, alcançando resultados relevantes na compreensão do processo de elaboração psicológica e social do real, integrando aspectos implícitos e explícitos do comportamento à explicação das condutas.

Mas é justamente na encruzilhada de conceitos sociológicos e psicológicos que Moscovici resgata o conceito de **representação social**, definida por ele como:

"uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos" (Moscovici, 1978: 26).

É uma modalidade particular porque não é todo **conhecimento** que pode ser considerado **representação social**, mas somente aquele do senso comum, da vida cotidiana dos indivíduos, que é elaborado socialmente e que funciona no sentido de

interpretar, pensar e agir sobre a realidade. É um conhecimento prático que se opõe ao pensamento científico, porém assemelha-se a ele, assim como aos mitos, no que concerne à elaboração destes conhecimentos a partir de um conteúdo simbólico e prático.

O grande avanço na elaboração do conceito e teoria das **representações sociais** por Moscovici (1978) deu-se a partir dos resultados de uma pesquisa realizada por ele em Paris, com o objetivo de levantar as **representações sociais** de algumas categorias da população parisiense sobre a psicanálise. A escolha da Psicanálise, enquanto objeto de estudo das representações sociais, deveu-se à sua grande difusão na Europa e Estados Unidos, propiciando ao público um nível de informação ideal para a elaboração de **opiniões (1)** e de **representações sociais** acerca da mesma. A pesquisa comparou distintas categorias da população, englobando amostras representativas da população em geral, das populações de classe média, de profissionais liberais, estudantes e alunos de escolas técnicas.

Um outro aspecto na compreensão do conceito de **representação social** é o seu papel na formação das condutas. É ela que modela o comportamento e justifica sua expressão. Moscovici nos fala, então, que a **representação social** é uma preparação para a ação, tanto por conduzir o comportamento, como por modificar e reconstituir os elementos do meio ambiente em que o comportamento deve ter lugar.

"Ela consegue incutir um sentido ao comportamento, integrá-lo numa rede de relações em que está vinculado ao seu objeto, fornecendo ao mesmo tempo as noções, as teorias e os fundos de observação que tornam essas relações estáveis e eficazes". (Moscovici, 1978:49).

Herzlich (1972) afirma que o aprimoramento do conceito de **representação social** vem a preencher uma lacuna na Psicologia Social, que era justamente o estudo dos modos de conhecimento e dos processos simbólicos na sua relação com as condutas.

O terceiro aspecto da definição que ressaltamos na **representação social** é sua função na **comunicação** entre indivíduos. Ela é um dos instrumentos pelos quais os indivíduos ou grupos apreendem seu envolvimento e suas relações, que são mediatizadas pela linguagem.

Moscovici (citado por Palmonari & Doise, 1986) propõe uma relação particular entre sistemas de comunicação e as **representações sociais**, apoiado num caráter circulante e móvel destas últimas. Elas se modificam ou se atualizam dentro de relações de comunicação diferentes. Desta forma, os jornalistas (a imprensa),

1 Moscovici (1978) definiu opinião como uma forma socialmente valorizada a que um indivíduo adere, sendo também uma tomada de posição sobre um problema controverso, na sociedade. É usualmente descrita como sendo pouco estável e pode ser compreendida como um momento da formação de atitudes e estereótipos. Assim como a atitude, a opinião é considerada uma preparação para uma ação, atribui-se a ela uma virtude preditiva, já que a partir daquilo que o indivíduo diz pode-se deduzir o que ele vai fazer.

por exemplo, sendo um grupo de especialistas (2) formadores de **representações sociais**, podem ser responsáveis pela estruturação de sistemas de comunicação que visam a **difundir, propagar**, ou fazer **propagandas** de determinadas representações.

Na **difusão** não há modificação da comunicação emitida da fonte até o receptor. Os autores dos artigos da imprensa transmitem a informação que eles recebem de especialistas. A difusão produz, sobretudo, opiniões.

A **propagação** se caracteriza pela adaptação de outros saberes a uma visão de mundo organizada, a um quadro pré-estabelecido. A **propagação** trabalha ao nível de formação de **atitudes**.

A **propaganda** é uma forma de comunicação que está inserida dentro de relações sociais fortemente antagônicas. É a oposição entre o verdadeiro e o falso saber, uma incompatibilidade entre a visão de mundo que a fonte propõe e aquela proposta por uma parte antagônica. A **propaganda** forma estereótipos.

Quanto à **linguagem**, ela tem origem e encontra sua referência primária na vida cotidiana. Fornece a imediata possibilidade da objetivação da experiência. A **linguagem**, além da **representação** (3), é condição de emergência de uma **representação social**.

A **representação** constitui um elemento essencial para a passagem do processo de elaboração da percepção à conceituação, e vice-versa. Ela se constitui uma terceira instância, com propriedades mistas, que condiciona

"... a passagem da esfera sensorial-motora à esfera cognitiva, do objeto percebido à distância a uma concientização de suas dimensões, formas, etc. Representar-se alguma coisa e ter consciência de alguma coisa dá no mesmo - ou quase" (Moscovici, 1978:57).

A **representação** é um processo fundamental, que torna possível intercambiar percepção e conceito, ou seja,

"... o objeto do conceito pode ser tomado para objeto de uma percepção, o conteúdo do conceito pode ser percebido". (Moscovici, 1978: 58).

Ela, a representação, pode converter-se tanto em percepções como em conceitos. Do conceito, a **representação** absorve o poder de organizar, de unir e de filtrar o que vai ser reintroduzido e reaprendido, no domínio sensorial. Da percepção, ela conserva a habilidade para percorrer e registrar o inorganizado, o que ainda irá se formar.

A realização das representações tem grande significado para toda a vida consciente. Sem o processo de representar não poderíamos sair da experiência imediata. Diferentemente da percepção, que reproduz a imagem do objeto em si, a **re-**

2 - Os especialistas possuem um papel fundamental na formação das representações sociais: jornalistas, cientistas, técnicos e políticos.

3 - Nem toda representação é representação social.

representação é a imagem mesma do objeto que se reproduz sob a influência sensorial precedente, quando o dito objeto **já** não existe diretamente. Desta forma, os objetos que se encontram diante de nós atuaria diretamente sobre nossos órgãos receptivos e determinariam nossa conduta. Nossos pensamentos e nossas ações estariam submetidos exclusivamente ao presente. A vida interna seria impossível (Rubinstein, 1967).

O processo de representar e a conceituação estão vinculados um ao outro, formando uma unidade, porém permanecem distintos. Ao conceito não se deve atribuir a representação; nem tampouco se separam. No entanto, vinculam-se entre si, influenciando-se mutuamente, igualmente como acontece na realidade com o fenômeno e a essência, com o singular e o geral (Rubinstein, 1967).

Em outras palavras, o processo de **representar** inclui a percepção (presença do objeto) e o conceito (sua ausência). É exatamente neste processo de tornar a **percepção** um **conceito** e o **conceito** uma **percepção**, que se configura o caráter criativo da representação. Seu processo dinâmico reflete a complexa vida da personalidade. Não é uma reprodução mecânica da percepção que se conserva em qualquer lugar, como um elemento invariável. É mais uma configuração mutável que a cada vez se cria de novo sob determinadas condições (Rubinstein, 1967). Tanto a percepção quanto o conceito são modificados a partir da entrada de elementos estranhos ao universo conhecido, os quais são incorporados e remodelados de acordo com o que existe naquele universo. A criação, na representação, se dá pela transformação de um conhecimento indireto em direto na realidade cotidiana do indivíduo, de onde um novo conhecimento é produzido a partir do senso comum da coletividade.

O caráter criativo da representação manifesta-se também na forma como cada indivíduo a processa. Ela não acontece da mesma maneira em todos os indivíduos, diferenciando-se de acordo com as peculiaridades individuais. A concretização das atividades humanas no mundo é vista, por Rubinstein (1967), como consequência das diferenças individuais que se relacionam com a atitude de produzir e modificar representações, sendo que elas podem diferir consideravelmente num mesmo indivíduo, no que se refere a diferentes campos sensoriais. Um indivíduo pode possuir representações visuais precisas, estáveis e claras, enquanto as representações acústicas, podem se configurar imprecisas e sem colorido (Rubinstein, 1967).

É graças ao processo de representar que se tem a possibilidade de emergência, formação e elaboração das **representações sociais** na vida cotidiana.

As representações, para serem consideradas sociais, precisam ter, como condição, serem produzidas coletivamente, além de se destacarem como formadoras de condutas e orientadoras das comunicações sociais.

A ciência e a ideologia, assim como as **representações sociais**, também são engendradas originalmente na coletividade. As diferenças entre elas e a **representação social** correspondem à função que esta última adquire exclusivamente na mediação da formação de condutas e na orientação das comunicações sociais. A ciência busca compreender a natureza e procura descobrir a verdade sobre ela.

A ideologia fornece um sistema geral de metas traçadas por um grupo, as quais justificam seus atos. Embora ambas possam propor condutas e comunicações adequadas, elas precisam ter a **representação social** como mediadora deste processo. Daí delinea-se esta função como exclusiva da **representação social** (Moscovici, 1978). Ela se constitui, assim, um conhecimento dotado de uma realidade própria, sólido, não emprestado de outras ciências (Palmonari & Doise, 1986).

Como instrumento de avaliação dos grupos sociais, as representações sociais ajudam na comparação, delimitação e definição dos grupos em torno das visões que estes têm do mundo, de como os mesmos se relacionam com um objeto socialmente valorizado. Para que a **representação social** seja um instrumento de comparação entre grupos é necessário levantar seu conteúdo e seu sentido, estruturados a partir de três dimensões: a **informação**, o **campo de representação** e a **atitude**.

A **informação** é o montante de conhecimentos, tanto qualitativos quanto quantitativos, que existem acerca de um objeto social aprendido por um grupo específico. Na pesquisa desenvolvida por Moscovici (1978) sobre a representação social da psicanálise, constatou-se um baixo nível de informação dos operários entrevistados. Já os estudantes e sujeitos de classe média possuíam um conhecimento mais consistente e passível de verificação em relação à técnica psicanalítica.

O **campo de representação** é a tendência de respostas em um grupo que engloba uma hierarquia de elementos, os quais reforçam grupo a outro, ou a partir das influências que recebe no seu contexto. Por exemplo, os fatores ideológicos podem exercer uma influência na estruturação do campo de representação: os sujeitos de opinião política de esquerda avaliam o universo psicológico como distinto do de problemas sociais, enquanto os de centro-direita o posicionam no mesmo plano dos problemas sociais e políticos (Moscovici, 1978).

A **atitude** expressa a orientação geral, positiva ou negativa, em relação ao objeto da representação social.

As atitudes, na Psicologia Social, são usualmente definidas como predisposições aprendidas e, como tal, são concebidas como sendo sociais na origem. Porém, são sociais num primeiro sentido, pois possuem sua maior ênfase nos aspectos interpessoais da realidade social mais do que nos aspectos estruturais e culturais. Relacionam-se com as disposições individuais, introduzidas na Psicologia Social, para explicar diferenças entre os indivíduos e sua relação a um estímulo semelhante (Jaspes & Frazer, 1986).

As três dimensões do conteúdo da **representação social** podem não acontecer simultaneamente num mesmo grupo. No caso da representação social da psicanálise, a tridimensionalidade somente se manifesta em quatro populações: estudantes, profissionais liberais, classes médias "A" e alunos de escolas técnicas. Os operários e as classes médias "B" têm uma atitude estruturada, mas uma informação e um campo de representação difusos. Moscovici concluiu, na sua pesquisa, que

"... a Psicanálise suscita em todos os lugares tomadas de posição (atitudes) determinadas e, somente em parte, representações sociais coerentes" (Moscovici, 1978:73).

A atitude é analisada por ele como sendo a dimensão geneticamente primordial.

"... Por conseguinte, é razoável concluir que uma pessoa se informa e se representa alguma coisa unicamente depois de ter adotado uma posição e em função da posição tomada". (Moscovici, 1978:74).

O conteúdo das **representações sociais** nos possibilita, então, a compreensão da dimensão dos grupos sociais e torna possível a comparação entre eles, observando suas características comuns e divergentes. O grau de estruturação do conteúdo das representações sociais nos fornece os elementos necessários para avaliarmos a emergência e consistência das representações sociais.

Não só o conteúdo das **representações sociais** nos fornece os subsídios para a compreensão de sua elaboração e de seu funcionamento. Seu conteúdo nos mostra as características estáticas das representações sociais. Outros processos estão envolvidos na construção social do real de forma dinâmica: a **objetivação** e a **ancoragem**. Estes processos fundamentam, segundo Herzlich (1972), a maneira pela qual o social transforma um conhecimento em representação e como esta representação transforma o social.

O **processo de objetivação** ocorre, na representação social, quando há a concretização ou materialização de um objeto abstrato representado; quando um esquema conceitual se torna real e acessível ao senso comum. Jodelet (1984) acrescentou que, por intermédio do processo de objetivação, é possível a representação tornar intercambiável o percepto e o conceito: colocam-se imagens em noções abstratas, dá-se uma textura material às idéias, faz-se corresponder as coisas às palavras.

A **objetivação** ocorre, comumente, no procedimento de vulgarização do saber científico. Neste caso, tal conhecimento é apreendido pelo homem comum, a partir da apropriação de elementos conceituais, que normalmente são acessíveis somente a uma parcela de especialistas. Moscovici (1978) explica:

"Ao objetivar o conteúdo científico da Psicanálise, a sociedade já não se situa com vistas à Psicanálise ou aos psicanalistas, mas em relação a uma série de fenômenos que ela toma a liberdade de tratar como muito bem entende. O testemunho dos homens converte-se em testemunho dos sentidos, o universo desconhecido torna-se familiarizar a todos". (Moscovici, 1978:112).

Neste procedimento de apropriação do saber científico, o homem comum passa a criar a sua própria relação com o objeto, dando forma às significações do seu ambiente. Para que isto aconteça, o objeto a ser representado passa primeiro por uma fase de seleção e descontextualização daqueles elementos da teoria, que são escolhidos em função de critérios sócio-culturais e sócio-normativos. A seleção irá variar de acordo com as informações existentes, que podem mudar de grupo para grupo, ou em função de valores aprendidos na cultura.

Uma outra fase na objetivação de uma teoria científica é a formação de um **esquema figurativo**, que

"... é uma estrutura imaginante que vai reproduzir de maneira visível uma estrutura conceitual". (Jodelet, 1984).

Esquema figurativo é uma noção, introduzida por Moscovici, que traduz um núcleo essencial da representação. Na psicanálise, o **esquema figurativo** corresponde às noções de consciente, inconsciente, recálque e complexos. Estas noções não englobam a totalidade da teoria. Somente aqueles aspectos que são apreendidos pelo público e que condizem com os valores do grupo e da sociedade se configuram como esquema figurativo. Por exemplo, a noção de libido da teoria psicanalítica não é absorvida pelo público entrevistado porque, segundo Moscovici, corresponde a uma área tabu que suscitou muitas controvérsias e choque de valores. Para que a teoria psicanalítica pudesse se integrar totalmente ao discurso comum, foi necessária a omissão dos aspectos conflitantes da teoria que divergiam dos valores pré-estabelecidos na cultura local. O processo de elaboração das representações sociais está intimamente vinculado à formação de um esquema figurativo.

A **naturalização**, outro processo da objetivação, ocorre quando o esquema figurativo passa a fazer parte do senso comum, de forma que os elementos da teoria são qualificados segundo os critérios da própria cultura. Assim, o homem comum passa a lidar com o inconsciente como "inquieto"; os complexos como "agressivos"; consciente e inconsciente como "conflito" (Jodelet, 1984). Neste processo, as noções de inconsciente, complexo e recálque adquirem uma materialidade quase tangível, de maneira que se misturam com a vida dinâmica da vida cotidiana. Desta forma, o indivíduo esquece que em seu discurso estão presentes elementos estranhos originários de outros e o absorvem como seus, assumindo-os como criação própria (Herzlich, 1972).

O aperfeiçoamento e a concretização de uma **representação social** culmina com o **processo da ancoragem**. Situa-se num pólo oposto à objetivação, mas ambos constituem processos complementares. A ancoragem aparece como uma extensão da objetivação. Ela promove a integração cognitiva do objeto representado no sistema de pensamento pré-existente e também as transformações que emanam de um e de outra (Jodelet, 1984).

Por seu meio, articulam-se as três funções de base da representação: **função cognitiva de integração da novidade, função de interpretação da realidade, função de orientação de condutas e de relações sociais**. Além da atribuição de uma funcionalidade, a ancoragem possibilita a transformação de significantes em signos ou do objeto representado em **representação social**. Equivale à inserção de um objeto novo dentro de um quadro de referência bem conhecido para poder interpretar (Palmonari & Doise, 1986). Por exemplo, a psicanálise é mais facilmente assimilada pelos não especialistas quando é comparada ao ato da confissão da religião católica.

O processo de ancoragem caracteriza uma das mais importantes funções da **representação social**, que é a domesticação do estranho.

Uma outra função social da **representação social** paralela a esta é de antecipar o desdobramento das relações sociais, ou seja, funciona como uma ligação entre o passado e o futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os construtos concebidos por Moscovici e por outros autores de corrente da Psicologia Social Francesa, sobre o conteúdo, sentido e funções assumidas pela **representação social** como instrumento da avaliação dos grupos sociais, vêm reforçar a compreensão operacional de como as representações sociais são elaboradas coletivamente a partir da realidade cotidiana.

Estes estudos fornecem subsídios para que o cientista social possa desenvolver pesquisas com o intuito de desvelar o pensar e o agir de grupos sociais, tendo como referencial a teoria das representações sociais.

Como exemplo de estudos desenvolvidos por pesquisadores brasileiros temos o trabalho de Fávero, Tunes & Marchi (1991) sobre a **representação social** da matemática e desempenho na solução de problemas. Apoiados na tese de Moscovici (1986) de que a representação de um objeto de conhecimento, associada a variáveis circunstâncias, influencia na resolução de tarefas, os autores encontraram resultados, próximos de outros estudos, de que o desempenho de meninos é significativamente superior ao das meninas, quando estes são requisitados à resolução de problemas de matemática. Estas diferenças estão baseadas em crenças, elaboradas socialmente, de que se espera que os sujeitos masculinos tenham um bom desempenho em matemática e que, por sua vez, a vejam como relevante para seu futuro na sociedade. Os autores encontraram, também, diferenças significativas no desempenho das meninas, quando o experimentador é do sexo masculino. Em outras palavras, a apreensão do conteúdo da matemática, pelas meninas, é maior quando o professor de matemática é homem.

Estes resultados confirmam as idéias propostas por Moscovici de que o desenvolvimento cognitivo não se dá de forma isolada, como uma atividade individual, numa realidade objetiva e neutra, mas que ele se constrói a partir da influência direta do coletivo.

Estudos exploratórios, envolvendo populações de baixa renda, foram desenvolvidos por Arruda (1985) sobre a representação social da saúde num bairro de Campina Grande (Paraíba) e por Bomfim (1990) em "Representações Sociais do Local de Moradia, de Si Próprio e do Outro em um Grupo de Moradores do Pedregal e do Novo Gama" (Distrito Federal). Em ambos, o recurso à teoria das **representações sociais** é justificado pelo fato de possibilitar uma avaliação do sistema de significação ou produção mental dessas populações, permitindo a entrada no seu mundo simbólico, a partir da sua própria realidade cotidiana.

Os resultados encontrados apontam para a continuidade de linhas de pesquisa que direcionem para uma nova política de atuação nessas comunidades por parte de ações governamentais, partidos políticos, cientistas sociais, profissionais da área de saúde comunitária, etc.

No primeiro estudo, a pesquisa revela, por intermédio das representações so-

ciais, estratégias e avaliações que servem de indicadores para uma nova política de saúde, já que expressa os anseios, as práticas e necessidades desse segmento da população.

No segundo, os resultados alcançados apontam para um possível processo de formação de uma identidade social do morador da periferia do Distrito Federal, avaliado a partir da relação entre os aspectos internalizados dos moradores (representações sociais) e o espaço urbano em que vivem. O estudo busca contribuir para a política de expansão urbana da capital federal que, em especial, tem sido objeto de estudo das áreas de geografia, arquitetura urbanismo, sociologia urbana, etc.

Os exemplos citados reforçam, mais uma vez, a relevância da teoria das **representações sociais** aplicada à investigação, avaliação e compreensão dos grupos sociais a partir de suas próprias realidades e identidades culturais.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, A. M. S. O Estudo das Representações Sociais: Uma Contribuição à Psicologia Social no Nordeste. **Revista de Psicologia**, 1(1), 5-14, (1983).

ARRUDA, A. M. S. A Representação Social da Saúde num Bairro de Baixa Renda de Campina Grande, Paraíba. **Revista de Psicologia**, 3(1), 49-51, (1985).

BERGER, P. L. & LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Vozes, (1983).

BOMFIM, Z. A. C. **Representações Sociais do Local de Moradia, de Si Próprio e do Outro em um Grupo de Moradores do Pedregal e do Novo Gama: Um Estudo Introdutório**. Tese de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, (1990).

CIAMPA, A. C. **A Estória do Severino e a História da Severina: um Ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, (1987).

DURKHEIM, E. Representations Individuelles et Représentations Collectives. In: **Sociologie e Philosophie**. Paris: PUF. (1974).

DURKHEIM, E. As Regras do Método Sociológico. In: **Durkheim, Vida e Obra (Os Pensadores)**. São Paulo: Abril Cultural, 71 - 161 (1983).

DURKHEIM, E. As Formas Elementares da Vida Religiosa. In: **Durkheim, Vida e Obra (Os Pensadores)**. São Paulo: Abril Cultural, 203 - 245 (1983).

FÁVERO, M. H., TUNES, E. & MARCHI, A. Representação Social da Matemática e Desempenho na Solução de Problemas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília (UnB), 7(2), 255-262 (1991).

GIDDENS, A. **As idéias de Durkheim**. São Paulo: Cultrix, (1978).

GOIS, C. W. L. Proposta de uma Psicologia junto à Classe Oprimida; por uma Psicologia Popular. **Revista de Psicologia**, 2(1), 87-122, (1984).

HERZLICH, C. A Representação Social. IN: MOSCOVICI, S. **Introduction à la Psychologie Sociale**. Paris, Larousse, Université, 1, 303-345, (1972).

JASPERS, J. & FRAZER, C. Attitudes and Social Representations. IN: FARR, R. & MOSCOVICI, S. (Eds.) **Social Representations**. Cambridge: Cambridge Univer. Press, (1984).

JODELET, D. Représentations Sociales: Phénomènes, Concept et Théorie. IN: MOSCOVICI, S. (Ed.) **Psychologie Sociale**. Paris: PUF, (1984).

LANE, S. T. M. **O que é Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, (1981).

LEONTIEV, A. **O Desenvolvimento do Psiquismo**. Lisboa: Horizonte Universitário, (1978).

LOVELLO, W. **Para uma Psiquiatria da Libertação**. Rio de Janeiro: Achiamé, (1983).

MOFFATT, A. **Psicoterapia do Oprimido, Ideologia e Técnica da Psiquiatria Popular**. São Paulo: Cortês, (1980).

MOSCOVICI, S. **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, (1978).

MOSCOVICI, S. Introduction a el Campo de la Psicologia Social, IN: MOSCOVICI, S. (org.). **Psicologia Social: Influencia y Cambios de Actitudes, Individuos y Grupos**. Barcelona: paidós. (1985).

PALMONARI, A. & DOISE, W. Caractéristiques des Représentations Sociales. IN: PALMONARI, A. & DOISE, W. **L'Etude des Représentations Sociales**. Paris: Delachaux & Niestlé Neuchâtel, (1986).

PICHON-RIVIERE, E. **O Processo Grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 2ª ed., (1986).

RUBINSTEIN, S. L. **Princípios de Psicologia Geral**. México: Gryjalbo, (1967).

VASCONCELOS, E. M. **O que é Psicologia Comunitária**. São Paulo: Brasiliense, (1985).